



Domínio público/Wikimedia Commons

Questão nacional e Independência do Brasil: um problema de 200 anos

João Paulo Pimenta



resumo

Este artigo discute as origens da chamada “questão nacional” no Brasil em meio ao processo de Independência e de algumas das características históricas mais marcantes de tal processo. A questão nacional é aqui definida e abordada a partir de quatro elementos centrais, a saber: um Estado, uma nação, uma identidade nacional e um tipo de nacionalismo. Finalmente, procura-se indicar a atualidade de tais elementos no cenário brasileiro.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Estado nacional; nação; identidade nacional; nacionalismo.

abstract

This article discusses the origins of the so-called “national issue” in Brazil amidst the process of Independence and of some of the most striking historical features of such process. The national issue is hereby defined and approached from four central elements, namely: a State, a nation, a national identity and a type of nationalism. Finally, it seeks to indicate the relevance of such elements in the Brazilian scenario.

Keywords: *Independence of Brazil; national state; nation; national identity; nationalism.*

A

specto central na formação histórica de nosso país, frequentemente associado a dimensões sociais e culturais, mas não menos envolvido nas políticas e econômicas, a questão nacional começou a surgir no Brasil em meio ao processo de Independência. Não de modo abrupto, pontual ou definitivo, tampouco como simples causa ou consequência imediata do processo de separação do Brasil em relação a Portugal. Ao longo de sua existência de aproximadamente 200 anos – pouco mais ou menos, a depender de seus componentes específicos que queiramos considerar –, a questão nacional no Brasil possui ritmos de desenvolvimento próprios, bem como variável capacidade de associação a distintos acontecimentos, contextos e estruturas, o que a torna uma realidade em permanente mutação. No entanto, é sua relação original fundacional com a Independência que lhe confere, em meio a

muitas dinâmicas, também certas estabilidades. A interação entre essas dinâmicas e estabilidades responde pelas atualizações da questão nacional que observamos nos dias de hoje, ademais evidenciadas pelo contexto do Bicentenário da Independência.

Efemérides são, muitas vezes, momentos puramente formais, nos quais a reflexão em torno das relações entre passado, presente e futuro das sociedades que as comemoram resulta quase que exclusivamente artificial, permanecendo confinada a pequenos grupos de pessoas. Não parece ser o caso atual. Vive-se, no Brasil de 2022, uma efervescência política favorável à generalização de um consenso em torno da importância da efeméride (embora não de seus sentidos). Tal efervescência engendrou uma ocasião privilegiada para a reflexão acerca de certos fenômenos em curso em nosso país que,

JOÃO PAULO PIMENTA é professor do Departamento de História da FFLCH/USP e autor de, entre outros, *Independência do Brasil* (Contexto).

a despeito de suas morfologias eventualmente inovadoras, se conectam com realidades históricas mais antigas, profundas e duradouras. Como efeméride, o Bicentenário da Independência nos oferece esse olhar, dentre outras possibilidades, pela potencialização da questão nacional.

A fim de evitarmos a oscilação entre definições demasiadamente rígidas e relativismos excessivamente abertos, tendência deletéria de muitos estudos da questão nacional, o enunciado do problema aqui abordado demanda um esclarecimento: por *questão nacional* entendemos uma estrutura histórica – portanto, dinâmica e em permanente mutação – que conjuga processos e fenômenos organizados em torno de formas coletivas de identificação e autoidentificação social relativas a uma ou várias nações, bem como de práticas, linguagens, imaginários, instituições, tradições, memórias, projetos e símbolos diretamente associados a tais processos e fenômenos (Hosbawm, 1990; Anderson, 2008; Smith, 1999; Brubaker, 2004; Moreno Almendral, 2016). No caso do Brasil – que nesse quesito não é tão singular em relação a outros –, a questão nacional pode ser historicizada a partir de quatro objetos concretos: o *Estado*, a *nação*, a *identidade nacional* e o *nacionalismo*. Naquilo que convergem para o estabelecimento de formas coletivas de identificação e autoidentificação social, por meio de suas relações e determinações recíprocas e de suas relativas autonomias, tais objetos constituem o que aqui chamamos de questão nacional.

No Brasil, e a despeito de frequentes confusões terminológicas por parte de seus analistas, *Estado*, *nação*, *identidade*

nacional e *nacionalismo* jamais foram exatamente a mesma coisa; jamais, porém, estiveram completamente dissociados uns dos outros. Isso fica claro quando observamos cada um deles em suas origens – mais particularmente, em suas devidas relações com o processo de Independência do Brasil: afinal, em termos das morfologias básicas pelas quais eles se apresentam nos dias de hoje e a despeito de quaisquer de suas variações, nenhum deles existia antes da separação política entre Brasil e Portugal, assim como nenhum deles surgiu, abruptamente, em meio a tal processo. Entendê-lo é, assim, um estímulo ao próprio entendimento da questão nacional hoje.

Tema amplo, dinâmico, quase onipresente na história do Brasil e de abordagem naturalmente multidisciplinar, a questão nacional no Brasil será aqui abordada apenas de modo indicativo, como um esboço focado no problema de suas origens intrinsecamente ligadas à Independência¹. Como parcial compensação ao caráter forçosamente lacunar de tal empreitada, oferecemos uma reflexão pautada na convicção de que o conhecimento histórico – “ciência dos homens no tempo”, como o chamou Marc Bloch (2001) – nunca se limita a iluminar o passado. Afinal, como quaisquer realidades sociais, as do presente também se constituem, ao mesmo tempo em que são explicadas, historicamente. Nesse sentido,

1 Entre 1995 e 2010 o tema foi foco de investigação de István Jancsó e do grupo de pesquisa por ele coordenado na Universidade de São Paulo. As páginas seguintes são diretamente tributárias de tal empreitada acadêmica (Jancsó, 1996).

o problema das relações entre a Independência do Brasil e a questão nacional indica uma história em curso, uma história ainda em construção².

ESTADO

A Independência do Brasil foi resultado de um conjunto de dinâmicas históricas de maior ou menor alcance temporal, envolvendo distintas dimensões da realidade. Mais precisamente ao longo de 1822, ela foi preparada em diferentes ocasiões pelo governo do então príncipe regente d. Pedro, tendo sido formalizada muito menos com a tão célebre quanto incerta declaração de 7 de setembro daquele ano do que pela aclamação pública do novo imperador, em 12 de outubro, e sua coroação, em 1º de dezembro. Nesse percurso, a Independência implicou a criação, também, de um novo Estado. Nominalmente chamado de *Império do Brasil*, esse Estado, porém, não nasceu de repente, e ainda levaria algumas décadas para se constituir plenamente; no entanto, ao final de 1822 ele já despontava como algo bem distinto daquele governo autônomo até então acomodado no interior do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, tal qual o entendiam as Cortes de Lisboa, e cujos graus de autonomia vinham sendo

objeto de polêmicas e disputas há quase dois anos. A alternativa de manutenção do Brasil ao Reino Unido português como tão somente um governo próprio ainda estava de pé, e por algum tempo seria inclusive defendida por muitos dos apoiadores do novo império; contudo, cada vez mais se impunha uma visão alternativa e incompatível, que entendia que o governo do Brasil se tornara não apenas separado, mas também contrário a qualquer governo português; e que tal condição implicava, doravante, a transformação e articulação de suas instâncias de poder e gestão em um Estado plenamente *independente* (isto é, com plenas capacidades de tomada de decisão) e *soberano* (isto é, não subordinado a quaisquer instâncias decisórias para além de suas próprias).

A dificuldade não só de se estabelecer, mas também de se consolidar esse novo Estado, se revelaria no fato de o Império do Brasil nascer carregado de heranças coloniais portuguesas, e que remetiam ao primeiro governo geral do Brasil, de 1549; às suas divisões em Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará (depois rebatizado como Estado do Grão-Pará e Maranhão); à transformação do Estado do Brasil em Vice-Reino em 1763; e a muitas outras reconfigurações políticas, territoriais, jurídicas e administrativas ordinárias ao funcionamento do Império português na América, ocorridas principalmente na segunda metade do século XVIII. Em diversas ocasiões e por diferentes motivos, a cúpula metropolitana cogitou até mesmo a transferência da capital imperial de Lisboa para o Rio de Janeiro (Lyra, 1994). Portanto, ao se consumir em inesperadas circunstâncias no

2 A história da Independência é não somente a de seus próprios fenômenos e acontecimentos, mas, igualmente, a de sua memória e de sua historiografia. Quando considerada do ponto de vista da questão nacional, ela é, ainda, a de seus muitos efeitos e consequências, o que amplifica suas dimensões ainda atuais.

final de 1807 – o avanço militar francês sobre a Península Ibérica –, tal medida já possuía um lastro anterior. Agora, para todos os efeitos, sua adoção resultaria não só em uma substantiva alteração da geopolítica imperial portuguesa e na criação de um novo aparato estatal em terras americanas, mas também no aproveitamento de experiências locais, regionais e continentais de governo que remontavam aos séculos anteriores, e sobre algumas das quais se assentaria a nova condição desse Brasil agora sede da corte.

Pouco depois, a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em dezembro de 1815, implicou que os domínios luso-americanos elevados à condição de reino e assim equiparados aos antigos domínios metropolitanos tinham sido formalmente destituídos de suas relações de subordinação governamental a Portugal (Araújo, 1992). O Brasil-Reino contemplou os cada vez mais fortes interesses político-econômicos que, desde 1808, vinham sustentando e enraizando a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, fomentando, de outra parte, crescentes descontentamentos em Portugal. A Revolução de Pernambuco de 1817, contrária à autoridade de d. João na América, e a Revolução do Porto de 1820, que o obrigou a retornar a Portugal e se submeter às Cortes constituintes e legislativas de Lisboa, aumentaram as tensões e cisões no interior do Reino Unido português, desempenhando papel importante da erosão de sua unidade. Como vimos, há tempos que a viabilidade de um aparato estatal próprio no Brasil vinha sendo testada e comprovada; agora, sua defesa passou a ser um dos principais pilares do

projeto de Independência que, em meio a muitas alternativas políticas, despontou como vitorioso em finais de 1822.

A célebre assertiva de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas”, é, portanto, apenas parcialmente verdadeira (Holanda, 1962). É fato que havia, no Brasil das primeiras décadas do século XIX, diferentes concepções de *independência*, e nem todas convergiam quanto aos contornos territoriais nelas implicados; além disso, a ruptura com Portugal formalizada em 1822 não trouxe, de imediato, o estabelecimento nem tampouco a garantia de uma unidade política. No entanto – e é aqui que a assertiva se debilita –, muitas aspirações de independência, inclusive aquelas que acabaram por convergir, ainda que com disputas internas, em torno do projeto vencedor em 1822, implicavam, necessariamente, uma unidade política; e, de acordo com esse ponto de vista, o Império do Brasil deveria se formar como um Estado capaz de garantir a indissociabilidade duradoura entre independência e unidade.

Esse era o sentido da fala de José Bonifácio na sessão de 6 de maio de 1823 das Cortes então reunidas no Rio de Janeiro, encarregadas de elaborar uma Constituição para o Império do Brasil:

“Estou certo de que todos nós temos em vista um só objeto: uma Constituição digna do Brasil, digna do Imperador, e digna de nós (apoiado). Queremos uma Constituição que nos dê aquela liberdade de que somos capazes, aquela liberdade



que faz a felicidade do Estado, e não a liberdade que dura momentos, e que é sempre a causa e o fim de terríveis desordens” (*Diário*, 1973).

Na construção do Estado brasileiro, repetamos, as continuidades seriam muitas e fortes: o Império do Brasil se organizaria, a exemplo do antigo Império português, em torno de uma monarquia; a escravidão seria reinventada, legalizada e por muitos anos amplamente praticada; muito da legislação e das práticas jurídicas anteriores a 1822 continuaria em vigência; e as bases territoriais do antigo Império, com sua organização hierárquica entre regiões e a concessão de certos espaços autônomos de exercício e decisão políticas, não seriam totalmente desarticuladas. Forças armadas, sistemas eleitorais e educacionais, sistema tributário e códigos legais e uma série de instituições necessárias ao funcionamento do novo Estado tardariam a se consolidar, e a unidade territorial do Estado se construiria arduamente a partir de guerras e tratados internacionais que, em alguns casos, adentrariam a segunda metade do século XIX. No entanto, as permanências e os ritmos lentos de construção estatal só se fariam a partir de inovações políticas profundas e estruturais, organizadas em torno de uma nova ordem política liberal e constitucional. A eventual ênfase historiográfica nas continuidades não deve, portanto, obliterar a dimensão fundamentalmente inovadora do processo de criação do Estado brasileiro.

Inclusive porque, à diferença de quaisquer outras formações estatais anteriormente existentes na América portuguesa,

o Império do Brasil seria um Estado não só liberal e constitucional, mas também nacional: isto é, um Estado soberano, identificado com projetos, valores e conceitos que cada vez mais se expressariam em torno da ideia de supostos interesses coletivos *brasileiros*. A Independência do Brasil, portanto, engendrou e favoreceu a construção de um Estado não português que, uma vez viabilizado como representante de uma comunidade política igualmente não portuguesa, foi se convertendo em um Estado nacional brasileiro; isto é, em instância reivindicativa do exercício legítimo da soberania em nome de uma nova nação que começou a surgir por oposição a interesses e projetos políticos identificados como sectariamente *portugueses*. O que nos coloca diante da necessidade, agora, de observação da dimensão nacional da Independência do Brasil.

NAÇÃO

Antes de 1822 não existia uma nação brasileira, que tampouco foi criada abruptamente nesse momento. A separação política entre Brasil e Portugal não foi, portanto, em nenhum sentido, uma luta nacionalista, sequer fruto do desenvolvimento anterior de uma nação brasileira que deveria libertar-se da nação portuguesa (Jancsó & Pimenta, 2000). A suposta perenidade na nação brasileira bem como qualquer tipo de anterioridade dela em relação à Independência são uma invenção historiográfica do século XIX, corolário do desenvolvimento de uma memória e de uma historiografia brasileiras que, a exemplo do que ocorria em outros países do mundo à mesma época,

buscariam legitimar a existência do novo Estado associando-o a uma suposta nação pretérita (Oliveira, 2021). No entanto, nada disso implica que a nação brasileira tenha sido, simplesmente, uma criação do Estado.

Antes de 1822, a referência nacional mais abrangente, antiga e estável disponível à imensa maioria dos habitantes e/ou naturais do Brasil era a portuguesa. Associada diretamente com a monarquia bragantina e com a religião católica, tal nação contemplava uma variedade de versões específicas, algumas das quais inclusive diretamente referidas ao continente americano e ao Brasil, sob uma ampla gama de expressões linguísticas. A nação portuguesa era formada pela comunidade de súditos do rei de Portugal e, por isso, ela se desdobrava mundialmente de acordo com a territorialidade do próprio Império³. No Brasil, ela excluía estrangeiros, escravos africanos e afrodescendentes, e populações indígenas não convertidas ao catolicismo⁴. Era a nação portuguesa a principal a existir no Brasil quando as transformações de inícios do século XIX começaram a comprometer a unidade política do Império português, e era em nome dela que quase todo mundo falava ainda entre 1820 e 1822, mesmo que a ela pudessem ser atribuídos valores parcialmente divergentes.

3 Nações não portuguesas existentes no Império eram também comunidades linguísticas, eventualmente étnicas. Falava-se, portanto, em nações referidas a certos grupos africanos e indígenas, além, claro, de nações estrangeiras: o francês, o inglês etc. (Pamplona, 2009).

4 Para além de suas variações históricas, pode-se dizer que não existe nenhuma nação plenamente universal. Para que uma nação exista, ela precisa, forçosamente, excluir pessoas e grupos.

O fundamental a se destacar aqui é que a existência de dinâmicas internas da nação portuguesa prévias a 1822 ajuda a explicar sua própria erosão, por meio de projetos de independência do Brasil que defenderiam também a criação de um novo Estado. Como vimos anteriormente, um dos fomentos essenciais à associação entre a Independência e a fundação do Império do Brasil foi a progressiva configuração de divergências políticas entre Brasil e Portugal. Ocorre que tais divergências surgiram a partir de variações a respeito dos atributos dessa nação portuguesa anteriormente existentes e que, até 1808 ou mesmo depois, costumavam ser bem amalgamados no conjunto daquela nação. A partir daí, a situação foi mudando: quais seriam, afinal, os verdadeiros interesses “nacionais”? A permanência da corte no Brasil ou seu retorno a Lisboa? A existência no Rio de Janeiro e outros centros americanos de instâncias jurídicas, legislativas e constitucionais próprias ou sua concentração em Portugal? Uma regência no Brasil, a cargo do príncipe d. Pedro, ou a submissão deste ao rei d. João VI e às Cortes lisboetas? A manutenção da Província Cisplatina como parte do Brasil ou sua completa desocupação pelas forças portuguesas? A defesa da escravidão e do tráfico negreiro ou sua diminuição em atenção aos interesses britânicos? Após 1820, as diferentes respostas a tais perguntas foram polarizando posições divergentes dentro da nação portuguesa, esboçando uma ruptura política em defesa de interesses identificados não mais como *portugueses*, mas como *brasileiros*. A Independência e o novo Estado são produtos diretos do desenvolvimento dessa

ruptura; ao mesmo tempo, foram dois de seus principais vetores.

O ocaso da nação portuguesa em favor de uma nova nação brasileira foi um processo parcial, não linear, errático e cheio de reveses. Desde que ele começou a despontar, porém, ele jamais deixou de se constituir em um dos vetores essenciais do processo político em curso no Brasil. Em outubro de 1822 esse ocaso já era bem vislumbrado em um trecho do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que durante meses fora um eloquente e influente propugnador da unidade nacional portuguesa para, finalmente, agora se converter em um dos porta-vozes da Independência do Brasil. Comentando uma fala de um deputado oriundo de Portugal nas sessões das Cortes de Lisboa, afirmou:

“Na sessão de 6 de julho disse o Deputado Moura – ‘que se para conservar a Sede da Monarquia em Lisboa for necessário que se quebrem os laços políticos que unem os dois Reinos [de Portugal e Brasil], que embora se quebrem, ficando só os Comerciais: que desde já convidava a todos os Senhores Deputados do Brasil para que solenemente assim o declarassem; e depois largassem o assento que têm no Congresso, e o Brasil se constituísse Nação’. Se o não fizeram os Deputados do Brasil, fê-lo o Povo do Brasil: somos Nação, Sr. Moura: queremos agora ver o que dirá”⁵.

Assim, a fórmula sugerida por Eric J. Hobsbawm (1990), segundo a qual as

5 *Revérbero Constitucional Fluminense*, n. 20, 8/10/1822.

nações são fenômenos históricos essencialmente modernos, criados por Estados por meio de práticas e concepções nacionalistas, não se aplica bem ao Brasil. Aqui, a nação brasileira não foi criada por um Estado brasileiro a ela anterior e que dela pudesse fazer as vezes de uma espécie de demiurgo; mas foi surgindo em concomitância e recíproca determinação com esse mesmo Estado. A nação portuguesa e o Estado colonial forneceram bases e legaram heranças à nação e ao Estado brasileiros, que, contraditoriamente, só puderam se estabelecer, gradualmente, com a própria negação parcial da condição nacional e estatal portuguesa. O agente viabilizador desse estabelecimento foi o processo de Independência.

IDENTIDADE NACIONAL

O caráter gradual do estabelecimento do Estado e da nação brasileiros se deveu, dentre numerosos fatores, ao fato de se relacionarem tanto com experiências portuguesas de governo quanto com dinâmicas internas da nação portuguesa prévias a 1822. Em um plano de longa duração, essas dinâmicas remetem a alterações no plano das identidades coletivas que vinham se observando já desde finais do século XVIII. “Ser português”, uma vez preservadas as condições de súdito do rei de Portugal e de praticante do catolicismo, comportava variedades: branco, pardo, mulato, negro; homem, mulher; nobre, plebeu; cristão velho, cristão novo; rico, pobre ou algo entre eles; senhor de engenho, lavrador, militar, clérigo, comerciante, administrador, rentista, proprietário, desprovido de posses, trabalhador braçal, artesão

etc. Havia também variedades relativas ao nascimento e/ou moradia na América, no Brasil e/ou em partes dele: um português poderia, então, ser de uma capitania ou “pátria” específica (“americano”, “pernambucano”, “bahiano”, “paulista”, “filho das Minas” etc.) e ainda eventualmente identificar-se com um povoado, vila ou cidade. Os movimentos de contestação política ocorridos em Minas Gerais (1788-89) e na Bahia (1798) revelam uma importante modificação nessas identidades, tornando-as politizadas (isto é, associadas a projetos políticos) e, por isso mesmo, contrapondo-as a uma situação colonial que, ainda de modo difuso, estava sendo contestada naqueles dois episódios. Antes deles, uma identidade portuguesa colonial e territorial manifestava tão somente uma forma possível e não conflitiva de “ser português”; depois deles, tais identidades politizadas poderiam se referir a projetos de teor revolucionário, potencialmente antagônicos ao poder metropolitano e à própria nação portuguesa (Pimenta, 2022, pp. 48-9).

Nada disso fez surgir uma identidade coletiva claramente brasileira, menos ainda uma identidade nacional de tal teor. Esta só começará a se desenhar tempos depois, quando interesses supostamente *portugueses* e *brasileiros* começaram a se antagonizar e a fomentar projetos políticos como os de Independência do Brasil e de criação de um Estado separado do Reino Unido português. Em um plano mais imediato, esse processo implicou novas dinâmicas internas da nação portuguesa, sobretudo a partir de 1820. Com a criação do Império do Brasil em 1822, a politização de uma identidade brasileira seguiria adiante com as guerras de independência, os primeiros reconhecimentos internacionais do novo Estado e os crescentes

conflitos sociais que, motivados por diversos fatores, muitas vezes se valeram de uma roupagem de antilusitanismo que contribuiu para a progressiva conversão e convergência de identidades *políticas* brasileiras em uma identidade *nacional* brasileira.

A exemplo do que vinha se passando com o Estado e a nação brasileiros, a nova identidade nacional também levaria algum tempo para se consolidar. Antes, durante e logo após a Independência, as diferenciações e antagonismos entre “portugueses” e “brasileiros” foram ganhando sentido em meio a embates políticos que envolviam muitas outras identidades e conceitos, como “constituição”, “pátria”, “filho da terra”, “cidadão”, “liberdade”, “liberal”, “absolutista”, “corcunda”, “pé-de-chumbo”, “cabra”, “maroto”, “tirania”, “despotismo”, “anarquia”, “república” e “federação”, alguns dos quais portadores de potenciais identitários não apenas políticos, mas também sociais e culturais⁶. Em meados do século XIX, porém, um *Estado*, uma *nação* e uma *identidade nacional* brasileiros já se mostravam suficientemente articulados e estáveis a ponto de juntos, mas com suas autonomias próprias, se constituírem em três dos principais objetos da questão nacional no Brasil.

NACIONALISMO

Na história da formação da questão nacional no Brasil, um quarto objeto, o nacionalismo, veio depois de seus pares. Como observado anteriormente, a Independência foi

um processo marcado por tensões e enfrentamentos políticos com fortes implicações identitárias, e que inclusive ajudou a criar uma nação e uma identidade nacional até então inexistentes, mas seu fundamento jamais foi o de qualquer tipo de enfrentamento entre nações. Por isso a Independência não foi, propriamente, nacionalista.

Como derivação de Estados, nações e identidades, e em meio a uma enormidade de morfologias históricas, os nacionalismos podem ser considerados mobilizações – simbólicas, concretas ou ambas – em defesa de uma determinada nação ou de valores a ela associados, em situações nas quais a existência ou unidade dessa nação supostamente encontra-se em risco (Smith, 1999, pp. 18-9). Nacionalismos pressupõem, assim, alteridades, ameaças e inimigos plenamente identificáveis, sejam eles verdadeiros ou verossímeis. A Independência do Brasil foi resultado de um processo de criação de condições para o surgimento de nacionalismos, mas que ainda não existiam quando de sua consumação. A partir de 1822, cada vez mais a história do Brasil forneceria novos pretextos para o reforço dessas condições: guerras externas e internas, processos de exclusão política interna, receio e ódio a estrangeiros e muitas formas estrategicamente inventadas de ameaça à unidade nacional cujo combate fortaleceria certos grupos interessados, assim, nas benesses desse instrumento fortemente retórico, emotivo e sempre oportunista que são os nacionalismos.

Por um bom tempo, o português seria o principal alvo do incipiente nacionalismo brasileiro. Em um movimento cheio de descontinuidades, a ojeriza ao português

6 Várias contribuições a esse respeito são encontradas em: Fernández Sebastián (2009; 2014).

se iniciou já antes da Independência, perpassou os primeiros anos do Império do Brasil e se fortaleceu no contexto das revoltas regenciais. Na segunda metade do século, a Guerra do Paraguai (1864-1870) aprofundou o ódio momentâneo a outros estrangeiros, ensaiado pioneiramente já na Guerra da Cisplatina (1825-1828). E a partir das últimas décadas do século XIX, as sucessivas levas de imigração estrangeira ao Brasil, bem como os vários governos ditatoriais que se instalaram no país a partir da Proclamação da República (1889), multiplicaram concepções e práticas nacionalistas. Em vertentes de menor enfrentamento a supostos inimigos externos e internos, e mais de valorização de elementos nacionais presuntivamente ameaçados por valores considerados estrangeiros, os séculos XIX e XX conheceriam também muitas formas de nacionalismos culturais.

No Brasil, o Estado, a nação e a identidade nacional brasileiros surgiram de acordo com dinâmicas próprias, mas igualmente amalgamados no processo de Independência. O nacionalismo veio pouco depois; mas, uma vez surgido, logo se uniu a seus pares doravante inseparáveis, com eles formando uma mesma estrutura histórica: a questão nacional. Para além de suas desde então permanentes reciprocidades, decorrentes do fato de todos concorrerem para o mesmo fim de fortalecimento de formas coletivas de identificação e autoidentificação nacionais, reside o fato de, salvo uma ou outra exceção efêmera e pontual⁷, todos eles se referirem sempre àquele mesmo *Brasil* que começou a despontar em meio ao processo de Independência.

A QUESTÃO NACIONAL, 200 ANOS DEPOIS

No Brasil, o Estado nacional, a nação, a identidade nacional e o nacionalismo nunca foram fenômenos estanques, monolíticos e absolutamente consensuais. Desde que surgiram, sempre foram e continuam a ser objetos proteicos e de disputa. No entanto, quase nunca essas disputas propuseram um substrato nacional alternativo ou contrário ao *brasileiro*. Trata-se de fato notável em nossa história, na qual a violência política e a exclusão social estruturais jamais ameaçaram seriamente um consenso que começou a ser estabelecido há 200 anos: o substrato *brasileiro* do Estado, da nação e da identidade nacional dominante em nosso país. Nesses dois séculos de convulsionada história, não houve projetos de Estado ou nação, tampouco expressões de identidades nacionais ou de nacionalismos, que não estivessem, de algum modo, fundamentados na morfologia básica que a questão nacional, com seus quatro componentes centrais, começou a adquirir com o processo de Independência. E, como vimos, isso se deve em boa medida ao fato de que, no Brasil, essa questão nacional surgiu, em parte, como questão colonial, isto é, de parcial negação do Estado, da nação e da identidade portuguesas que a organizavam.

Hoje em dia, nosso país observa a atualização da questão nacional com a repro-

7 Como a República Rio-Grandense e sua respectiva nação, esboçada por alguns dos participantes da Revolução Farroupilha ocorrida no Sul do país entre 1835 e 1845 (Padoim, 2001, pp. 147-8).

dução de fenômenos antigos, devidamente reconfigurados pela história do tempo presente; simultaneamente, com a criação de novos e inovadores fenômenos até então desconhecidos. Em meio a enfrentamentos políticos e sociais acirrados, nos quais um Estado pode ser desde um instrumento de fortalecimento da democracia até refúgio de interesses privados e criminosos; a nação e a identidade nacional podem ser pensadas como inclusivas e diversificadas ou excludentes e monolíticas; e os nacionalismos se prestam a usos tão distintos que vão desde

ferramenta crítica da história ou de exaltação do passado até arma de promoção pessoal do presidente da República, ninguém parece disposto a propor uma secessão nacional. Muito provavelmente, um novo nome para o país, uma fratura em seu território, um novo hino, bandeira ou data comemorativa da Independência não gozariam de grande aceitação. O que demonstraria o quão forte, profundo e duradouro foi o processo de criação das bases da questão nacional no Brasil. Bases que, a despeito de tudo, continuam sólidas 200 anos depois.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, A. C. B. de. "O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815-1822". *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 14, 1992, pp. 233-59.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- BRUBAKER, R. *Ethnicity without groups*. Cambridge, Harvard University Press, 2004.
- DIÁRIO da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823. Brasília, Senado Federal, 1973.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I*. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. Iberconceptos II*. Madrid, Universidad del País Vasco/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, 10 v.
- HOLANDA, S. B. de. *A herança colonial – sua desagregação. História geral da civilização brasileira*, t. II. *O Brasil monárquico*. São Paulo, Difel, 1962.

- HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. M. C. Paoli e A. M. Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- JANCSÓ, I. "A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto", in T. Szmrecsányi; J. R. do A. Lapa (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec, 1996, pp. 3-26.
- JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)", in C. G. Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo, Senac, 2000, pp. 127-75.
- LYRA, M. de L. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- MORENO ALMENDRAL, R. "Corrientes históricas para el estudio de las naciones y el nacionalismo: críticas y alternativas al paradigma modernista". *Revista de Estudios Políticos*, 171, 2016, pp. 225-53.
- OLIVEIRA, C. H. "Historiografía y memoria de la Independencia", in J. P. Pimenta (ed.). *Y dejó de ser colonia: una historia de la Independencia de Brasil*. Trad. Marisa Montrucchio. Madrid, Sílex, 2021, pp. 339-78.
- PADOIM, M. M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo, Nacional, 2001.
- PAMPLONA, M. A. "Nación – Brasil", in J. Fernández Sebastián (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I*. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 882-93.
- PIMENTA, J. P. *Independência do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2022.
- SMITH, A. D. *Myths and memories of the nation*. New York, Oxford University Press, 1999.